

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
2º SEMESTRE DE 2016

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2919/OC-BR

Fevereiro de 2017

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ÍNDICE

I. Informações Básicas	3
DADOS BÁSICOS	3
II. Introdução	4
III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica	5
a. <u>Descrição da Cooperação Técnica</u>	5
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	5
ii. <u>Componentes</u>	5
IV. Resultados	7
a. <u>Efeitos Diretos</u>	7
b. <u>Externalidades</u>	8
c. <u>Produtos</u>	8
d. <u>Custos do Projeto</u>	12
V. Implementação do Programa	13
VI. Sustentabilidade	13
a. <u>Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas</u>	13
b. <u>Riscos Potenciais</u>	13
VII. Lições Aprendidas	14
VIII. Cumprimento das Cláusulas Contratuais	15
IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	16

I. Informações Básicas

DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223

Título: Programa de Fortalecimento da Prevenção da Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Controladoria-Geral da União

Empréstimo de Cooperação Técnica: 2919-OC-BR

Setor: Reforma / Modernização do Estado-Reforma e Setor Público e Apoio

Data de Aprovação pelo Diretório: 05/03/2013

Data de Assinatura do Contrato: 17/12/2013

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 01/04/2014

Data Original do Último Desembolso: 17/12/2018

Meses em Execução:

- Desde a assinatura do contrato: 36 (trinta e seis) meses
- Desde a efetividade: 34 (trinta e quatro) meses
- Desde a elegibilidade: 33 (trinta e três) meses

Períodos de Desembolso:

- 1º desembolso: 8/7/2014 (desembolso nº 001)
- 2º desembolso: 18/12/2015 (desembolso nº 003)
- 3º desembolso: 13/07/2016 (desembolso nº 006)
- Data original de Desembolso final: 17/12/2018

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Montante Atual: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Pari-Passu: 60% BID e 40% Contrapartida

Desembolsos:

- Montante Atual: US\$ 3.632.637,88 (Três milhões, seiscentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete dólares e oitenta e oito centavos)

Custo Total do Projeto – Original: US\$ 30,000,000.00 (Trinta milhões de dólares)

Houve Redirecionamento de Recursos: NÃO

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: NÃO

Classificação Ambiental: NÃO SE APLICA

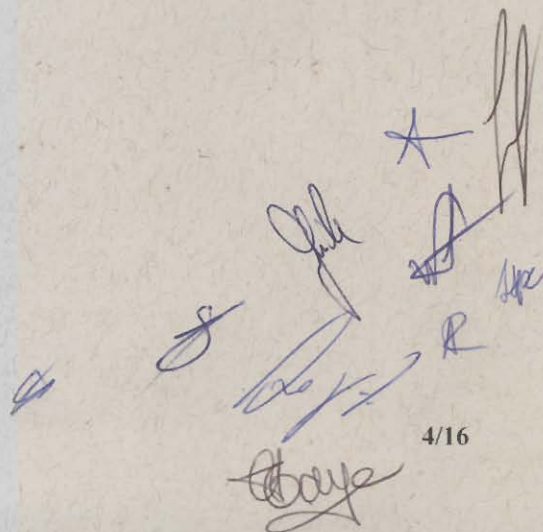
Em Estado de “Alerta” no País: NÃO

II. Introdução

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o andamento das atividades realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE, no período de 01/07/2016 a 31/12/2016 (considerando as metas e execuções cumulativas), em atendimento ao disposto no Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Este Relatório apresenta:

- a. O demonstrativo dos resultados alcançados;
- b. A descrição dos principais problemas ou dificuldades detectadas durante a execução, bem como indicação e avaliação das medidas corretivas e/ou preventivas adotadas no período, de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos;
- c. Outras informações relevantes para o entendimento do andamento do Programa.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Lopez' and several smaller initials and marks.

III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica

a. Descrição da Cooperação Técnica

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (doravante CGU), visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

1. Aprimorar as competências internas da instituição e promover a capacitação e a disseminação de conhecimentos a todas as unidades da CGU;
2. Melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
3. Ampliar e qualificar as frentes de atuação da CGU em apoio à melhoria da gestão na administração pública.
4. Incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
5. Fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

ii. Componentes

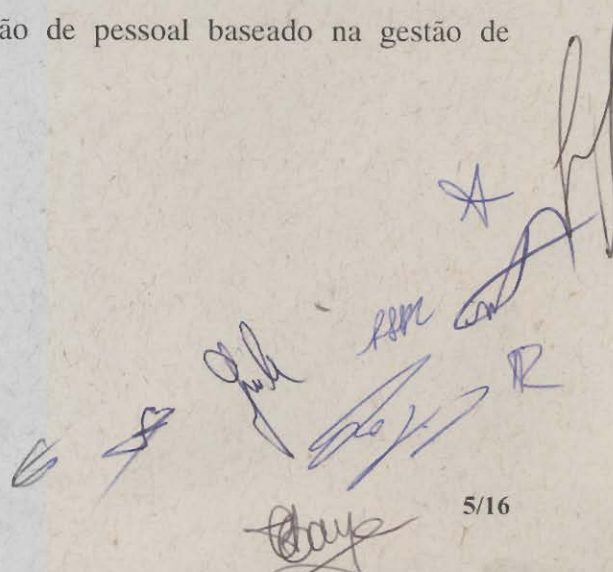
O Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes:

I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoas e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.

O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- (i) Desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- (ii) Desenhar e implementar políticas de capacitação;
- (iii) Mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- (iv) Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- (v) Implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;
- (vi) Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- (vii) Implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.



II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- (i) Desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais, com o intuito de lhes fornecer informação sobre as melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- (ii) Elaborar e distribuir um guia contendo orientações para a conduta dos servidores públicos;
- (iii) Criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- (iv) Desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

- (i) Publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- (ii) Realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- (iii) Desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- (iv) Redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos Estados e Municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

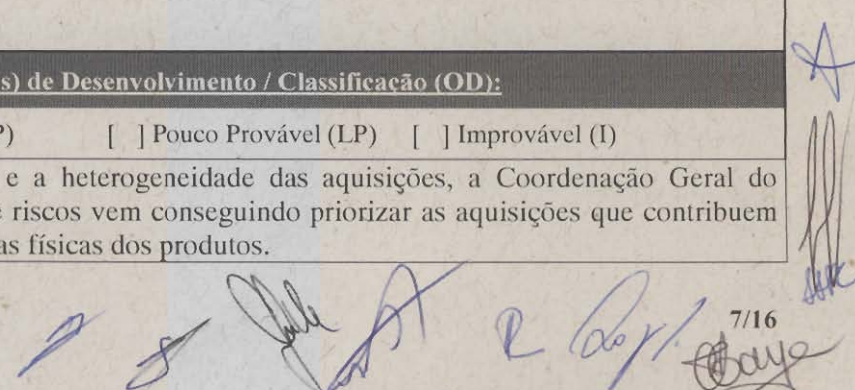
- (i) Implantar portais de transparência nos governos subnacionais;
- (ii) Apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- (iii) Constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- (iv) Distribuir publicações técnicas de apoio promovendo capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- (v) Realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- (vi) Desenvolver e ministrar cursos a distância aos gestores das entidades subnacionais; e
- (vii) Apoiar os governos subnacionais tendo em vista a implementação de versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

IV. Resultados

a. Efeitos Diretos

Os indicadores do programa foram coletados no início do ano de 2016, e são os mesmos do Relatório de Progresso do semestre anterior junto às unidades beneficiárias e estão abordados abaixo:

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223	Efeitos Diretos Planejados (ano 3 - 2016)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 3 - 2016):
	Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados. Meta: (27)	Obtido: (27)
	Índice de clima organizacional Meta: (2,2)	A área responsável iniciou a medição em fevereiro de 2017 e o mesmo será incorporado no Relatório de Progresso de 30 de junho de 2017 a ser enviado ao BID até 30.08.2017.
	Índice de retrabalho - Média de revisões por ação de controle. Meta: (0,44)	Obtido: (0,47)
	Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT Meta: (2)	Obtido: (2)
	Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU, em Bilhões. Meta: (2,5)	Obtido: (2,84)
	Percentual de gestores que consideram a atuação da Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho* Meta: (55)	Obtido: (79,1)
	Quantidade de Ouvidoria Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov Meta: (0)	Obtido: (338)
	Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão* Meta: (30)	Obtido: O indicador será descontinuado, uma vez que será também descontinuado o respectivo Produto: C3.P7 (STPC) – Portal do cidadão.
	Quantidade de acessos ao Portal de Transparência (STPC), em milhares. Meta: (1000)	Obtido: (1.464,71)
	Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC) Meta: (24)	Obtido: (26)
	Percentual de municípios de mais de 100.000 habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC) Meta: (30)	Obtido: (53)
Reformulação. [N] N/A		
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento / Classificação (OD):		
[] Muito Provável(MP) [x] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)		
Em que pesem as restrições orçamentárias e a heterogeneidade das aquisições, a Coordenação Geral do PROPREVINE adotando o gerenciamento de riscos vem conseguindo priorizar as aquisições que contribuem diretamente para os indicadores e para as metas físicas dos produtos.		



b. Externalidades ocorridas no exercício 2016

4.1. Positivas:

- Adoção integral do processo digital nas aquisições por meio do SEI.
- A partir da maturidade alcançada e primando pela gestão do conhecimento e continuidade da gestão de risco, foi publicada a portaria 2.418 de 21 de dezembro de 2016 no D.O.U. e elaborado o Plano de Gerenciamento de Riscos do PROPREVINE – 2017 em 23 de dezembro de 2016.

4.2. Negativas:

- Atraso na aprovação do Plano de Aquisições, que ocorreu em 03/05/2016.
- Insucesso obtido pela CGU junto ao Ministério do Planejamento na obtenção da dotação completa prevista no contrato de empréstimo (conforme NT 2.484/2016, de 08 de agosto de 2016, enviada ao Ministério do Planejamento como anexo do Aviso 358/2016 de 08 de agosto de 2016, constantes no processo 00190.106300/2016-87).

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>1) Componente 1: Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU</p> <p>Custo total: US\$ 16,570,000.00 - Contraparte: US\$ 7,370,000.00 - BID: US\$ 9,200,000.00</p> <p>Despesas realizadas (acumulado):</p> <p>Fonte Contrapartida: US\$ 2.630.861,46 (35,70%)</p> <p>Fonte BID: US\$ 2.664.420,21 (28,96%)</p>	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 3 – 2016):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 3 - 2016):
	C1.P2 (CRG) – Reestruturação de salas de videoconferência. Meta Acumulada: 4 (quatro) salas reestruturadas.	5 (cinco) salas reestruturadas.
	C1.P3 (DGI) – Proposta de modelo de gestão de pessoas. Meta Acumulada: 0 (zero).	A execução da meta foi antecipada. O relatório Final de Mapeamento de Competências, fruto de TED com UFPA, foi concluído.
	C1.P4 (DGI) – Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas e Gestão Administrativa implantado. Meta Acumulada: 0 (zero).	A execução da meta foi antecipada. Biblioteca digital adquirida.
	C1.P5 (DGI) – Proposta de metodologia para Elaboração de Instrumentos de Gestão Documental Arquivística. Meta Acumulada: 1 (uma) Metodologia implantada e validada.	Metodologia entregue.
	C1.P6 (DIE) – Núcleos de especialização. Meta Acumulada: 0 (zero).	A execução da meta foi iniciada.
	C1.P7 (DIE) – Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE. Meta Acumulada: 3 operações de inteligência realizadas.	03 (três) operações realizadas, sendo 01 (uma) operação de inteligência realizada em 2016 com o COAF.
	C1.P9 (DSI) – Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos. Meta Acumulada: 70 unidades.	64 Unidades atingidas.
	C1.P10 (DSI) – Processos de Governança de TI revisados e internalizados. Meta Acumulada: 0 (zero).	Foram implantados 7 processos de Governança de TI, mas ainda não se encontra no nível de maturidade 3 do COBIT.
	C1.P12 (OGU) – Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria. Meta Acumulada: 1 relatório com a solução realizada.	01 (um) relatório realizado.
	C1.P13 (CGU) – Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados. Meta Acumulada: 0 (zero).	A execução da meta foi antecipada. 55 (cinquenta e cinco) processos.
	C1.P15 (SFC) – Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle. Meta Acumulada: 0 (zero).	5 (cinco) processos.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>2) Componente II. - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal</p> <p>Custo total: US\$ 5,861,000.00 - Contraparte: US\$ 2,073,000.00 - BID: US\$ 3,788,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contraparte: US\$ 227.802,23 (10,99%) Fonte BID: US\$ 142.127,94 (3,75%)</p>	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 3 - 2016):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 3 - 2016):
	C2.P1 (CRG). Cursos de Capacitação em procedimentos disciplinares. Meta Acumulada: 3.000 (mil) servidores capacitados	3.401 servidores capacitados em procedimentos disciplinares. Sendo 1.157 (mil cento e cinquenta e sete) servidores em 2016.
	C2.P2 (OGU) – Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias. Meta Acumulada: 1 sistema implantado	01 (um) sistema implantado.
	C2.P3 (OGU) – Kits de apoio às atividades das ouvidorias. Meta Acumulada: 26 (vinte e seis) kits entregues	Produto a ser descontinuado.
	C2.P5 (OGU) – Cursos de capacitação em Ouvidoria. Meta Acumulada: 31 (trinta e um) cursos realizados	44 (quarenta e quatro) cursos realizados. Sendo 24 (vinte e quatro) cursos realizados em 2016.
	C2.P6 (OGU) – Publicações da OGU. Meta Acumulada: 3 (três) publicações produzidas	05 publicações produzidas. Sendo, 03 (três) publicações produzidas em 2016.
	C2.P7 (SFC) – Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no Portal. Meta Acumulada: 1 (uma) Etapa do Monitoramento realizada	Realizado.
	C2.P9 (STPC) – Sistema de conflito de interesses. Meta Acumulada: Acesso do Sistema via Site institucional do órgão	Acesso implementado.
	C2.P11 (CRG) – Encontro de Corregedorias. Meta Acumulada: 1 (um) encontro realizado	1 (um) encontro realizado.
	C2.P12 (CRG) – Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica. Meta Acumulada: 01.	1 (um) campanha realizada.
	C2.P13 (CRG) – Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta Acumulada: 500 (quinhentos) kits entregues	500 (quinhentos) kits entregues em 2016.



PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes ("Outputs"):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
<p>3) Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social</p> <p>Custo total: US\$ 4,378,000.00 - Contraparte: US\$ 1,676,000.00 - BID: US\$ 2,702,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$427.355,19 (25,50 %) Fonte BID: US\$502.970,26(18,61%)</p>	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 3 - 2016):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 3 - 2016):
	C3.P1 (OGU) – Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação. Meta Acumulada: 3 (três) estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	2 estudos realizados.
	C3.P5 (STPC) – Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto. Meta Acumulada: 1 (um) conjunto de conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional	1 (um) conjunto disponível.
	C3.P6 (STPC) – Novo Portal da Transparência. Meta Acumulada: 1 (um) Acesso ao portal disponível.	Em Execução. A nova entrega tem previsão de conclusão para o ano 5 (2018). Houve alteração nos requisitos que impactaram a execução, devido à necessidade de adaptação e ajuste aos novos padrões e configurações.

★

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

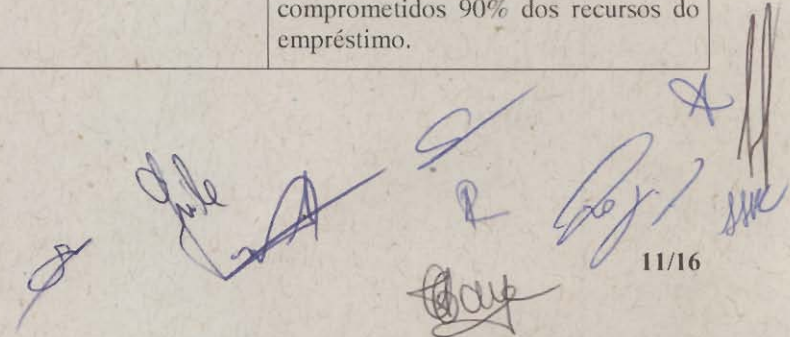
<u>Componentes ("Outputs"):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
4) Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais Custo total: US\$ 2,780,000.00 - Contraparte US\$ 881,000.00 - BID: US\$ 1,899,000.00 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 57.569,67 (6,53%) Fonte BID: US\$ 20.410,29 (1,07%)	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 3 – 2016):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 3 - 2016):
	C4.P1 (DIE) – Unidades ODP estaduais instaladas. Meta Acumulada: 03 unidades de ODP instaladas.	8 (oito) Unidades ODP estaduais instaladas.
	C4.P2 (OGU) – Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta Acumulada: 17 (dezesete).	Não realizado. A nova entrega tem previsão de conclusão para o ano 4 (2017).
	C4.P3 (STPC) – Cursos para gestores dos entes subnacionais. Meta Acumulada: 7 (sete) Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância.	0 (zero). A nova entrega tem previsão de conclusão para o ano 4 (2017).
	C4.P5 (STPC) – Sistema de gestão de ações de prevenção. Meta Acumulada: Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional.	Produto a ser descontinuado.
	C4.P6 (CRG) – Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção. Meta Acumulada: 10 (dez) cursos realizados.	14 (catorze) cursos realizados..

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes ("Outputs"):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
5) Componente V - Gestão do Projeto Custo total: US\$ 296,000.00 -Contraparte: US\$ 0.00 -BID: US\$ 296,000.00 Despesas realizadas: Fonte BID:US\$ 274,326.15 (92,68%)	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 3 – 2016):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 3 - 2016):
	Aquisição de Ferramentas de gestão de portfólios/projetos Transferências de conhecimento da Ferramenta de gestão de portfólios/projetos	Em Execução. Em Execução.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes ("Outputs"):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
6) Avaliações Custo total: US\$ 115,000.00 - Contraparte: US\$ 0.00 - BID: US\$ 115,000.00 Despesas realizadas: Fonte BID: 0%	Produtos Planejados (Relatórios):	Produtos Obtidos
	Avaliação Intermediária Avaliação Final	Avaliação intermediária – Contrato em execução. Avaliação Final – 90 dias a partir da data em que tiveram sido comprometidos 90% dos recursos do empréstimo.



d. Custos do Projeto

i) Planejado

O custo total do Programa é estimado em US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 12,000,000.00 (doze milhões de dólares) de aporte local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Componentes	US\$		
	Banco	Aporte Local	Total
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9,200,000.00	7,370,000.00	16,570,000.00
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	3,788,000.00	2,073,000.00	5,861,000.00
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	2,702,000.00	1,676,000.00	4,378,000.00
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	1,899,000.00	881,000.00	2,780,000.00
Gestão do Projeto	296,000.00	0.00	296,000.00
Avaliações	115,000.00	0.00	115,000.00
TOTAIS	18,000,000.00	12,000,000.00	30,000,000.00
	60%	40%	100%

ii) Realizado

Em relação à execução do PROPREVINE, no período que corresponde a 17/12/2013 a 31/12/2016, foi realizado um percentual de 23,16% (vinte e três vírgula dezesseis por cento) do total dos recursos.

Componentes	US\$		
	Banco	Aporte Local	Total
Componente I – Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	2.664.420,21	2.630.861,46	5.295.281,67
Componente II – Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	142.127,94	227.802,23	369.930,17
Componente III – Promoção da Transparência e do Controle Social	502.970,26	427.355,19	930.325,45
Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	20.410,29	57.569,67	77.979,96
Gestão do Projeto	274.326,15	0,00	274.326,15
TOTAIS	3.604.254,85	3.343.588,55	6.947.843,40
Percentuais em relação a US\$ 18,000,000.00 e 12,000,000.00	20,02%	27,86%	23,16%

Observação: A solicitação de desembolso nº 004, contendo a justificativa de gasto, foi encaminhada à STN dia 17/06/2016, por meio do Ofício nº 12783/2016/COPAV/DIPLAD/SE-CGU, sendo registrada/apropriada pelo BID em 18/07/2016.

[Handwritten signatures and initials]

12/16

V. Implementação do Programa

A fase de implementação inicial foi superada.

VI. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas

A instituição pode endereçar os fatores críticos ao fortalecer sua capacidade operacional para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações bem-sucedidas e ampliar sua capacidade responsiva;
- (ii) Criação de novas frentes de atuação, aperfeiçoando os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção. ✕

b. Riscos Potenciais

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Realocação da mão-de-obra alocada ao projeto;
- Variação cambial.

[Handwritten signatures and initials]

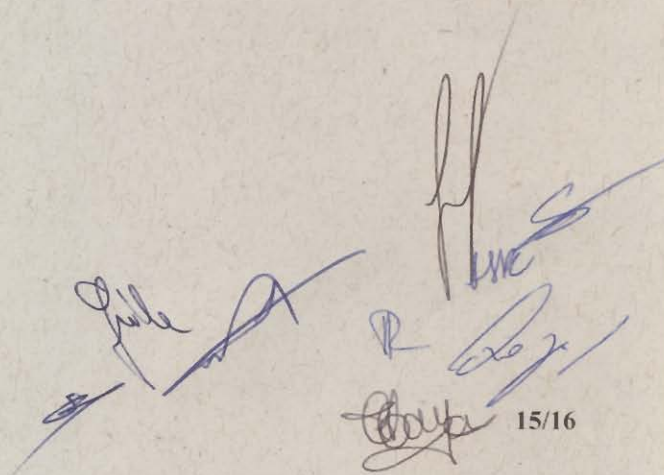
VII. Lições Aprendidas

1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições. Com a adoção do SEI em 2016, o tempo de elaboração do Plano de Aquisições 2017 foi reduzido.
2. O gerenciamento de riscos nas aquisições é primordial para garantir o sucesso do PROPREVINE. Nesse sentido, a formalização da gestão de riscos que já vinha sendo feita em 2016 (Portaria 2.418 de 21 de dezembro de 2016 no D.O.U. e Plano de Gerenciamento de Riscos do PROPREVINE – 2017 em 23 de dezembro de 2016) foi peça fundamental nesse processo. ✕

[Handwritten signatures and initials]

VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

<u>Requisito Contratual</u>	<u>Objeto</u>	<u>Documento de Apresentação</u>	<u>Periodicidade</u>	<u>Data Aprovação BID</u>
Cláusula 1.06 (b) – Juros, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	4ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 1.08 – Comissão de Crédito, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	5ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 4.02 Principais competências do CEE	(ii)- Revisão e aprovação do POA, PA e dos relatórios semestrais.	O POA e PA 2106, encaminhado ao BID em 15/04/2016, por intermédio do Ofício nº 2.970/2016/DIPLAD//SE/CGU-BR.	Anual	CBR – 1848/2016, de 03/05/2016
Cláusula 5.03 - Demonstrações Financeiras, das Disposições Especiais.	Apresentar os demonstrativos até 30/04/2016	Ofício nº 3411/2016/DIPLAD/SE/CGU de 28/04/2015: Encaminha Relatório de Auditoria do TCU e Notas Explicativas.	Anual	CBR – 2955/2016, de 19/07/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2015) – até 31/07/2015.	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 28/08/2015.	Semestral	CBR – 3309/2015, de 25/09/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2015) – até 28/02/2016.	Ofício nº 6.418/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 12/02/2016.	Semestral	CBR – 1147/2016, de 24/03/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2016	Ofício nº 5.079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016.	Anual	CBR – 406/2016, de 29/01/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2016) – até 31/07/2016.	Ofício nº 15.464/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 29/06/2016.	Semestral	CBR – 4103/2016, de 10/10/2016

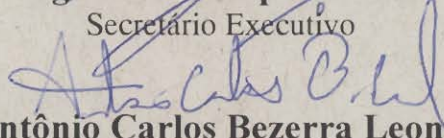


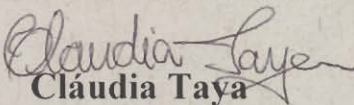
Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)

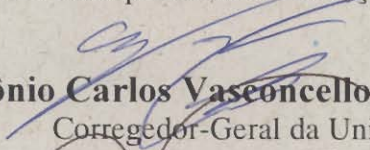
Conforme previsto no art. 3º, inciso III, da Portaria CGU nº 1.309/2013, este Relatório de Progresso (1º semestre de 2016) foi apresentado e aprovado pelos membros do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) listados abaixo:

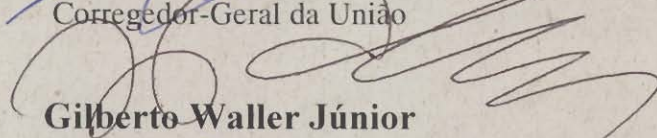
Brasília, de fevereiro de 2017.

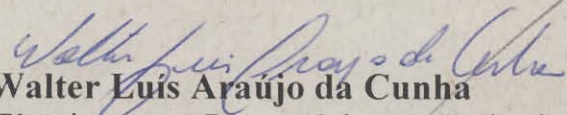

Wagner de Campos Rosário
Secretário Executivo

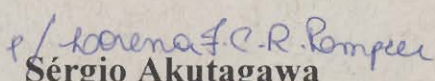

Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretário Federal de Controle Interno

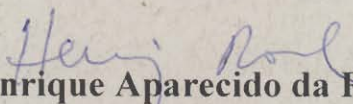

Cláudia Taya
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção



Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega
Corregedor-Geral da União

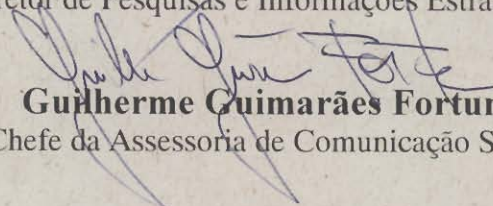

Gilberto Waller Júnior
Ouvidor-Geral da União


Walter Luís Araújo da Cunha
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Coordenador-Geral do PROPREVINE


Sérgio Akutagawa
Diretor de Gestão Interna


Henrique Aparecido da Rocha
Diretor de Sistemas e Informação


Gilson Libório de Oliveira Mendes
Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas


Guilherme Guimarães Fortuna
Chefe da Assessoria de Comunicação Social